

## **A identidade cultural e a organização socioeconômica dos marisqueiros, no Angolá.**

Edcassio Avelino  
Geógrafo e Técnico de Geoprocessamento no LAMDOSIG –UFBA  
ed.avelino@hotmail.com

Catherine Prost  
Professora Adjunta do Dep. de Geografia UFBA  
cprost@ufba.br

A Geografia tem uma forte tradição nos estudos costeiros. As pesquisas sobre a geografia dos mares, do relevo litorâneo e os interesses pelos aspectos socioeconômicos dos ambientes costeiros confirmam a trajetória desta tradição.

No Brasil, em função do processo de colonização, a costa se consolidou como local de conflito entre diferentes agentes. As relações de poderes entre esses agentes acompanham a história do estado-nação brasileiro. Assim, durante o período colonial, a costa era o local de conflitos entre os indígenas e os colonizadores portugueses; durante o império, foi entre o governo, as oligarquias nacionais e os desprivilegiados (escravos, indígenas e despossuídos); na república, é entre o estado, a iniciativa privada e a sociedade civil.

Por conta do interesse de cada um desses agentes, os ambientes costeiros, ao longo do tempo, tiveram diferentes formas de uso da terra e sérios comprometimentos ambientais, especialmente sobre a sua vegetação. Nesse sentido, vale destacar que em função do “desenvolvimento”, um dos tipos de vegetação típico desse ambiente, a Mata Atlântica, no século XVI, ocupava uma área de aproximadamente 1.110.182 Km<sup>2</sup> e representava 13,04% da área total brasileira; no final do século XX, esse bioma ocupava menos de 3% do território nacional (SEI, 2003).

Assim, a ação predatória do homem sobre os recursos naturais pressionou o governo brasileiro a criar em 1965, o Código Florestal Brasileiro, a primeira lei específica voltada à proteção da natureza; mas apenas o texto de lei não assegurou o efetivo cumprimento de seus objetivos. A partir da década de 1970, o Brasil se envolve com discussões internacionais sobre o meio ambiente; a principal foi a Conferência de Estocolmo. Após esse evento, ganharam força os movimentos sociais ambientalistas e os debates acerca da sustentabilidade ambiental.

Durante a década de 1980, os movimentos sociais brasileiros conseguiram promover mudanças significativas nas leis do país. Nesse sentido, merece destaque a ação dos “povos da floresta” representados pelo seringueiro Chico Mendes, que propunham articular o uso social dos

recursos naturais com a preservação da natureza. A ação desse grupo contribuiu (alguns anos depois) para a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, lei 9.985/00.

A criação de unidades de conservação, geralmente sob forma de parques e reservas, deveria assegurar a existência de amostras de espécie, nos ambientes naturais e garantir alternativas sustentáveis de geração de renda, especialmente para as populações que vivem nesses locais. No entanto, se percebe que a criação de unidades de conservação ao longo da costa brasileira potencializou ainda mais os conflitos entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil pela apropriação desses espaços.

A Bahia, o quinto maior estado brasileiro em extensão territorial, com 564.692,67 km<sup>2</sup>, possui a maior extensão de linha de costa do país no sentido Norte-Sul, com 1.183 km. Somente a costa baiana tem 20 unidades estaduais de conservação (SEI, 2003) que abrangem uma área de 1.484.465 hectares. Tal qual a realidade brasileira, na Bahia as unidades de conservação localizadas na costa estão longe de representar uma união entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, vale destacar a situação da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, criada no ano 2000 e situada no Recôncavo Baiano. Essa reserva possui ecossistemas de manguezal e águas interiores circundadas por espécies nativas da Mata Atlântica e restinga, bem como uma expressiva biodiversidade flúvio-marinha. Esse patrimônio ambiental singular justifica a existência dessa resex.

A Central Hidrelétrica Pedra do Cavalo, criada em 2004, determina vazões irregulares de água que comprometem as espécies de crustáceos e moluscos. Em nome do “desenvolvimento”, o Estado vem criando uma série de condições para implantar dentro da resex uma indústria naval. Tal fato acentuou nessa área a especulação imobiliária. Paralelamente a isso, por conta da valorização dos imóveis, os fazendeiros locais passaram a soterrar ambientes de manguezais como um mecanismo para ampliação de suas propriedades.

Esses conflitos entre o estado, iniciativa privada e os grupos locais comprovam que a unidade de conservação não é respeitada, que a questão da conservação da natureza, muitas vezes, caracteriza apenas uma retórica e que as pessoas que vivem de práticas extrativistas nessas unidades são prejudicadas. No caso da Baía do Iguape, os marisqueiros vivenciam a degradação dos manguezais, bem como a escassez de espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

Sendo assim, essa pesquisa traz para o debate o segmento dos pescadores/marisqueiros da localidade do Angolá e pretende responder às seguintes questões de pesquisa: (i) Como se define a identidade cultural do pescador/marisqueiro? (ii) Qual a visão desse trabalhador sobre o manguezal? (iii) Quais as relações socioeconômicas existentes na extração do marisco?

O presente estudo visa identificar os aspectos que norteiam a identidade cultural dos pescadores/marisqueiros, bem como analisar as relações socioeconômicas construídas em torno da cadeia produtiva da mariscagem, no Angolá.

## 1.2 Localização da área de estudo

O Angolá é um bairro com aproximadamente 500 famílias e está situado na cidade de Maragogipe. O município de Maragogipe possui 42.815 habitantes (IBGE, Censo 2010) e fica na Região do Recôncavo Baiano, especificamente, ao Noroeste da Baía de Todos os Santos, Estado da Bahia (figura 1).

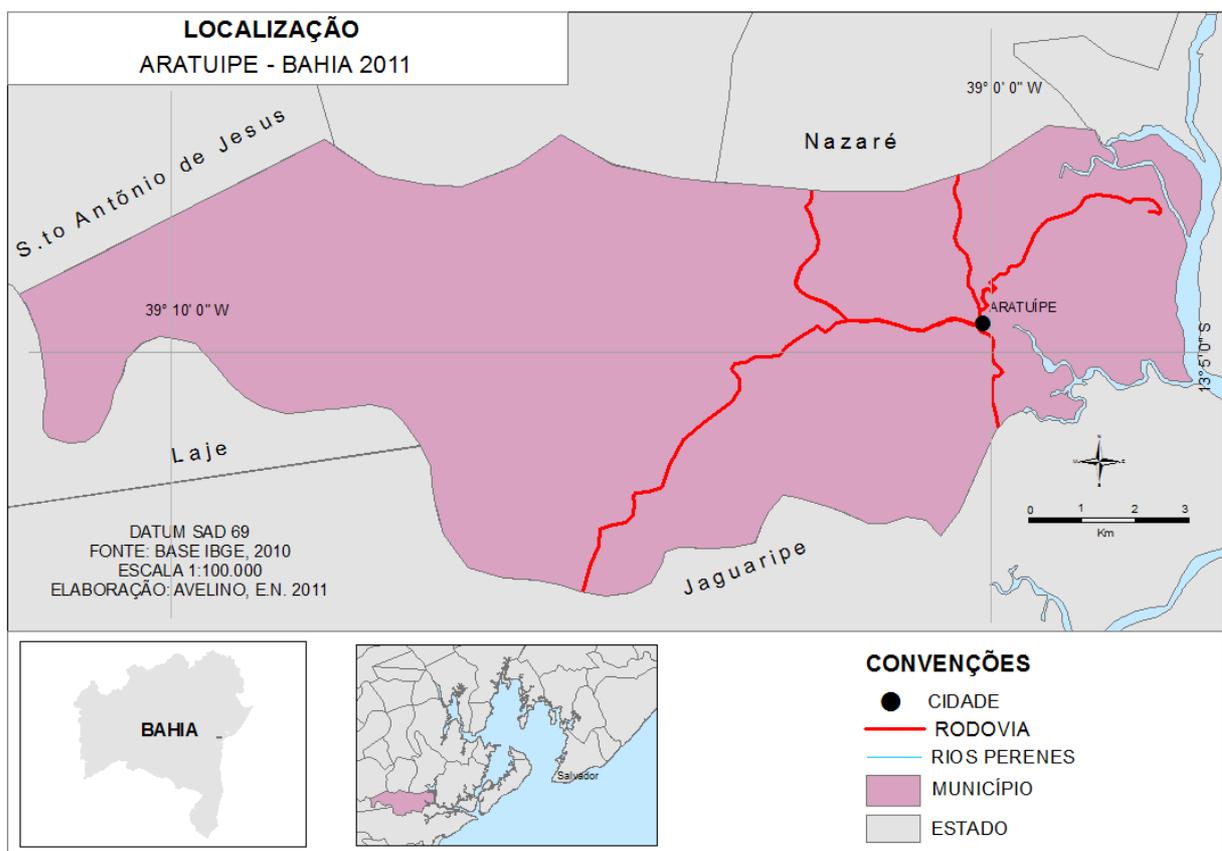


Figura 1: Localização da cidade onde está a área de estudos.  
Elaboração: Edcassio N. Avelino, 2010.

## 1.3 Metodologia

O ponto de partida dessa pesquisa foi a leitura de bibliografias sobre o olhar, a geografia cultural, a identidade cultural, o território/ territorialidade e o lugar. Essas leituras tiveram como referências os teóricos de diversas áreas do conhecimento, especialmente da Geografia, os quais se podem destacar: Alfredo Bosi, Paul Claval, Rogério Haesbaert, Edward Relph, Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl, Yi-Fu Tuan e Marcos Aurélio Saquet.

Durante as atividades de campo foram realizadas 13 entrevistas escritas, sendo 3 com lideranças de associações (Ponta de Souza, Ponta do Açougue e Angolá). As outras 10 envolveram comerciantes, pescadores, marisqueiros, donas-de-casa e agricultores da área.

A fotografia foi usada como linguagem (por meio de oficinas) para os trabalhadores falarem de si e do cotidiano de seu ofício. As oficinas de fotografias foram organizadas com uma carga horária de 20 horas, divididas em duas vertentes: uma conceitual, a partir das seguintes perguntas: “o que é o olhar?”, “quem sou eu?”, e “o que é manguezal?”. A outra vertente foi incumbida dos procedimentos técnicos da fotografia (perspectiva, enquadramento, composição visual, etc.). Os participantes manusearam câmeras digitais compactas. Optou-se por esse tipo de equipamento por conta da relação entre custo e benefício.

A parte técnica das oficinas aconteceu integrada ao cotidiano da comunidade: foram realizadas dentro do manguezal, durante a extração dos mariscos. Focou-se a atividade em subgrupos (marisqueiros e marisqueiras) cada um, com cerca de três a cinco participantes.

Os grupos fizeram as fotografias em dois momentos distintos. As oficinas aconteceram primeiro com as marisqueiras. Elas fotografaram no manguezal Ponta da Ribeira, em função da especialidade das trabalhadoras, pois nesse local são extraídos ostra e sururu. As participantes fizeram registros fotográficos das paisagens, das ferramentas de trabalho, da etapa de lavagem e do transporte dos moluscos.

Em relação ao grupo formado pelos homens, a atividade foi no manguezal Rio do Navio, local onde em função da especialidade desse grupo de trabalhadores, se extrai caranguejo e siri. Esse grupo fotografou diversas situações da atividade, entre as quais se destacam: o abastecimento das canoas no atracadouro no Angolá, as ferramentas de trabalho, a maneira como são extraídos os crustáceos, as paisagens do local, a lavagem e o transporte dos crustáceos.

Nesse estudo acredita-se que a fotografia desperta a sensibilidade humana, pois funciona como uma linguagem que permite o diálogo entre abstração e concretude, ou seja, entre a imaginação e a realidade. Sendo assim, no encontro seguinte, os marisqueiros comentaram sobre os significados das fotografias que mais se repetiram, a saber:

- As paisagens foram justificadas como uma importante riqueza do local, os participantes disseram que têm necessidade de contemplá-las e que as paisagens do local fortalecem o sentimento de liberdade.
- As ferramentas de trabalho receberam justificativas distintas: as mulheres alegaram a necessidade de valorização suas habilidades, pois os apetrechos usados na extração dos mariscos são bastante simples; no caso dos homens, como lidam com condições ambientais mais hostis, as ferramentas são essenciais na captura das espécies.

- A escolha para registrar as etapas da cadeia produtiva da atividade: ambos os grupos alegaram a necessidade de mostrar à sociedade, o passo a passo que envolve a extração dos mariscos.

Posteriormente, os grupos fizeram uma avaliação sobre a experiência. Na ocasião, os participantes afirmaram que gostaram das oficinas porque aprenderam a tirar fotografias; três pessoas destacaram que nunca tinha manuseado uma câmera fotográfica. Mas, além disso, dois participantes disseram que após essa experiência, estavam pensando mais no seu futuro e no de suas famílias. Os testemunhos revelaram que as descrições das formas de trabalho dos marisqueiros podem provocar uma tomada de consciência, ao estimular a reflexão acerca do ofício. Nesse sentido, a exposição das fotografias feitas pelos trabalhadores é uma tentativa de ampliar a discussão sobre o ofício do pescador/marisqueiros e estender essa reflexão para outros segmentos da sociedade.

O projeto Diálogos de Saberes e Olhares em Comunidades Pesqueiras foi encerrado com o Varal Fotográfico, intitulado OLHARES DE DENTRO. O evento reuniu as fotos e os textos produzidos pelos participantes ao longo das oficinas e aconteceu na localidade do Angolá. Foi um momento de reflexão, de diversão e poesia.

## **2. Do olhar ao lugar: o foco sobre a identidade cultural do marisqueiro.**

Pensar, sentir e existir são verbos da língua nacional brasileira, mas as idéias embutidas nessas palavras são universais, porque trazem dentro de si uma idéia de reflexão, de sentido e de comportamento humano. “Penso, sinto, logo existo”. Esta célebre frase do filósofo Descartes parece ter caído em desuso e ficou fora de moda. Polêmicas a parte, é preciso ressaltar que, aqui, essa frase serviu como fonte de inspiração e de pensamentos.

O presente artigo traz para o debate elementos dessa famosa frase cartesiana, mas a partir de outra perspectiva, partindo das seguintes questões: “o que é o olhar?”, “quem sou eu?” e por fim “o que é o mangue?”. Estas três reflexões foram o ponto de partida para que o marisqueiro falasse, por meio do seu olhar, sobre o seu mundo.

No processo de sensibilização das oficinas de fotografia, quando as pessoas foram questionadas sobre o que é o olhar, elas falaram: “O olhar é aquilo que a pessoa olha e também o que a pessoa sente” (Solange Santos Nunes, 19 anos). “Olhar é uma forma de enxergar coisas boas ou ruins, que transmite algo sobre a realidade” (Ana Paula Santos Nunes, 18 anos). “Quando você olha, você percebe as dificuldades das coisas, os sentimentos, alegrias, sofrimentos etc. Quando você olha, você transmite algo” (Bruna de Jesus Souza, 21 anos).

Cada participante deu a sua contribuição pessoal, falou sobre o olhar. Percebe-se que tanto as palavras usadas, quanto as organizações das frases são diferentes, mas no fundo, cada participante trouxe com a fala a mesma idéia. Em todas as respostas, a noção de olhar aparece associada aos sentidos do corpo humano e estes são entendidos, como meio de ligação entre as pessoas e a realidade do ambiente no qual estão inseridas. A fala do grupo sobre o olhar é interessante e muito próxima da idéia de olhar do filósofo Alfredo Bosi, pois para esse autor,

O olhar exprime e reconhece forças e estados internos, tanto no próprio sujeito, que deste modo se revela, quanto no outro, com o qual o sujeito entretém uma relação compreensiva. A percepção do outro depende da leitura dos seus fenômenos expressivos dos quais o olhar é a mais prenhe das significações (BOSI, 2002, p. 77).

A conversa sobre o olhar foi o fio condutor que direcionou as pessoas ao mundo particular de cada uma, cheio de aspectos subjetivos. Esse mundo envolve medos, anseios, coragem, conquistas, derrotas, buscas, descobertas, sonhos, certezas... Quando os participantes foram questionados sobre o “quem sou eu?” escreveram:

Tenho orgulho de ser marisqueira, gosto de trabalhar no mangue tirando sururú e gosto de limpar a minha casa. Não vivo sem o marisco por mais de um dia; marisco perto da roça na Capanema. Tenho orgulho de ser guerreira e de sustentar meus filhos (Ana Rita Matos, 37 anos).

Gosto de pescar com canoa, de pegar ostra, de ir para casa após a pesca. Gosto de ser pescador e tenho orgulho, me sinto bem e feliz. Há três anos que pesco. Minha mãe me levou ao mangue como forma de me preparar para a vida. No mangue a gente trabalha para a gente mesmo, é um trabalho digno. (Carlos Augusto Santos Nunes, 19 anos).

Esses depoimentos são uma síntese do que os participantes conseguiram expressar sobre si. Pode-se identificar que as pessoas sabem com muita segurança o que são porque gostam do que fazem. As pessoas que estavam na oficina têm prazer e se realizam com a atividade da mariscagem; o que eles são é função do espaço apropriado onde estão e do trabalho que executam. Estes são os elementos que estruturam e catalisam a sua identidade. “O que garante ao indivíduo a autenticidade de suas escolhas é o sentimento que ele tem de estar de acordo com uma tradição que interiorizou, ou com uma fé que ele partilha...” (CLAVAL, 2002, p. 172).

O comentário do autor leva a entender a noção de identidade como produto da soma de vivências sociais que as pessoas vão adquirindo desde o nascimento (família, religião, escola, trabalho, etc.). Enfim, tem-se influência de várias instituições que, de uma forma ou de outra, por meio de suas regras, signos, símbolos, padrões e significados, levam a desenvolver características identitárias que se desdobram na formação do eu.

Paralelamente, ao processo de formação da identidade individual, se opera a identidade coletiva, estas são formadas a partir de elementos da cultura, ideologia, política, economia, religião, tradição... De acordo com Claval (2002),

O indivíduo se forma imitando e aprendendo. O aprendizado da cultura começa antes do nascimento, e os primeiros anos são decisivos para a locomoção, a utilização do corpo, os gestos da vida cotidiana e a linguagem. Desde os cinco anos, a criança ajuda sua mãe na cozinha, ou seu pai, se ele é agricultor. A partir do momento em que a criança tem confiança naqueles que a cercam, ela não tem qualquer razão para recusar o que lhe é proposto. Esse é o momento em que os elementos (...) são escolhidos, ordenados e integrados: a identidade se define e a personalidade vê seus contornos desenhados (CLAVAL, 2002, p.148 e 149).

Os depoimentos dos marisqueiros permitem identificar que a sua identidade é construída a partir da relação entre espaço e trabalho. Segundo os marisqueiros da localidade do Angolá, a sua identidade é definida também em função do reconhecimento da importância de seu trabalho, nisso está embutida a consciência de classe. Esse aspecto está cravado no corpo daquelas pessoas, está implícito em alguns atos e explícito nos textos escritos por cada participante.

Pode-se interpretar uma consciência de classe nas falas, especialmente a de Ana Rita, acima citada, quando a participante se refere ao orgulho de ser marisqueira. Trata-se de uma informação importante tendo em vista o estigma que a profissão sofria e o sentimento de vergonha que muitas mulheres sentiam antes de começarem a se organizar em defesa de seus direitos.

O reconhecimento de seu ofício como profissão se traduz pela inclusão das mulheres nas colônias de pesca, entidades de classe através das quais os trabalhadores da pesca recebem seus direitos trabalhistas. O trabalho das associações de base e movimentos sociais da pesca (tal como o Conselho Pastoral dos Pescadores) constitui mais um passo na afirmação da identidade das mulheres pescadora como motivo de orgulho. Vale observar que a identidade (individual ou coletiva) encontra sua fonte mais facilmente na consciência de uma unidade cultural do que na identificação direta com um território. Claval (2002) sinaliza mais uma vez que

[...] As identidades que nascem de uma cultura ou de uma subcultura partilhada não são necessariamente territoriais: muitas vezes elas estão alinhadas sobre a articulação em classes da sociedade. Há momentos em que as diferenças fortemente experimentadas são essencialmente de ordem econômica; em outras ela assumem uma base cultural. Por que somos agricultores, soldados ou operários? Porque lidamos com os mesmos problemas, descobrimos que formamos um corpo (CLAVAL, 2002, p. 173 e 174).

É preciso reiterar que, no caso dos pescadores e marisqueiros - como é o exemplo do Angolá - enquanto população tradicional e, portanto, vivendo em estreita dependência dos recursos naturais, o ambiente orienta a identidade cultural desse grupo social. Nesse contexto, se percebe que o “território identitário não é apenas ritual e simbólico; é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004, p.169). Saquet (2007), segundo Germani (2010), afirma:

[...] “Na geografia, a identidade significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade”. Isto porque o autor reconhece que a identidade tem também um caráter de organização política, podendo significar permanências e/ou

mudanças nas relações sociais. Assim, mostra-se como uma estratégia de reprodução social que é, “constantemente, reconstruída histórica e coletivamente e se territorializa, especialmente, através de ações políticas e culturais”, apresentando especificidade em cada situação local. Dessa forma, “a identidade é territorial e significa além de pertencimento a certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elemento de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade” (SAQUET, 2007, apud GERMANI, 2010, p. 297. Aspas do original).

De acordo com Tuan (1983, p.151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significados”, requisitos que dependem do tempo de vivências. Assim, para os participantes da oficina, o manguezal extrapola a idéia de localização geográfica e os trabalhadores da pesca e de mariscos projetam uma série de concepções ao manguezal. Esse local adquire o que os geógrafos denominam de territorialidade, definida por Haesbaert como,

O conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples “qualidade de ser do território”, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 1996, p. 15).

Em relação ao manguezal, o presente estudo identificou que os pescadores/ marisqueiros atribuem àquele ambiente algumas dimensões. A primeira que podemos citar se relaciona com um aspecto muito concreto na vida dos trabalhadores: parte da noção do manguezal como recurso, uma vez que para cada um dos participantes, aquele ambiente é, na essência, local de fonte de renda, como destaca uma participante,

O mangue é como uma empresa porque eu tiro o sustento de minha família. Do mangue eu como, vendo, pago conta, compro roupa... Faço o que posso com que o mangue me dá. A diferença é que a gente entra e sai do mangue sem bater cartão... O mangue não tem dono, eu peço licença a Deus e entro. (Rita de Jesus Santos, 50 anos).

A segunda dimensão, diz respeito aos aspectos simbólicos, a territorialidade apresenta elementos mítico-religiosos (acredita-se, por exemplo, na “Vovó do Mangue”, uma entidade que habita e protege os manguezais); e por fim, a dimensão de lazer-informação (contam histórias do cotidiano, além disso, partilham informações sobre questões de saúde da mulher, prevenção de doenças e entre outras).

A fala de uma das participantes da oficina é bem significativa no que diz respeito ao manguezal. “Eu gosto do que sou, sou marisqueira mesmo, de coração, sinto saudade do mangue quando não vou. Ele é meu trabalho, é diversão, é minha religião, ele é minha vida” (Antônia Santos Silva, 38 anos). Esse comentário da Antônia, expressa uma carga de definições e significados atribuídos por relações específicas, construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, se pode conceber o manguezal como lugar, já que “O lugar se refere ao tipo de envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979, p.17).

Portanto, o trabalho de campo, através das oficinas, foi muito profícuo porque revelou que os marisqueiros possuem vínculos afetivos com o manguezal, por isso, esse ambiente adquire conotações que extrapolam a concepção desse local, somente como recurso. No caso do Angolá, a pesca/mariscagem enquanto ofício traduz a existência e a partilha de valores humanos, como a ética, o respeito, a solidariedade... E os manguezais são os lugares onde tudo isso acontece.

### **3. A organização socioeconômica dos trabalhadores em torno da mariscagem.**

As oficinas de fotografia permitiram ter acesso aos bastidores do universo da atividade de extração dos crustáceos e moluscos. Nessa parte do artigo serão analisados os meandros da mariscagem. Estes envolvem a organização da cadeia produtiva da ostra, do sururú, do caranguejo e do siri; as relações entre extrativista (trabalhador) e comerciante (atravessador) no contexto de escoamento da produção; os impactos ambientais causados pela atuação de diferentes atores sociais na área de estudo, bem como, a forma de organização dos trabalhadores da pesca e do marisco.

A temporalidade e a espacialidade da localidade apresentam-se estruturadas sobre bases diferentes da lógica de funcionamento da vida urbana. Enquanto o meio urbano se caracteriza pelo período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2005, p. 148), onde o homem é colocado como contraponto do meio ambiente, no Angolá acontece o inverso. Lá prevalece a dinâmica ambiental sobre o cotidiano da população. Assim a lógica que estrutura as bases de funcionamento do local perpassa pela dialética existente entre os habitantes e os ritmos da natureza, manifestada nas práticas extrativistas que justificam a existência da Resex Marinha Baía do Iguape.

A cadeia da atividade de extração dos moluscos (sururu e ostra) e crustáceos (siri, caranguejo) começa com a captura e segue com a contagem das espécies, a lavagem, o transporte e a descarga no atracadouro. Na residência do marisqueiro, ocorre a separação entre as espécies que serão consumidas pela família, das que serão comercializadas; em seguida ocorre a limpeza das espécies voltadas à venda.

Em relação à espécie siri, precisa cozinhá-lo para retirar a parte comestível da carapaça. O catado do siri é arrumado em pacotes e depois congela. No caso dos moluscos (sururu e ostra), também são empacotados e congelados. Quanto ao caranguejo, a espécie é presa num barbante, em quantidades múltiplas de seis, é vendida viva. Em ambos os casos, os crustáceos e moluscos são entregues a um comerciante (atravessador) que os distribui entre os consumidores locais (restaurantes, bares, feiras) e demais cidades.

Entre os marisqueiros envolvidos nessa pesquisa, não houve trabalhador que vendesse diretamente os seus mariscos. Os relatos dos marisqueiros traduzem que o atravessador aparece como um canal seguro de escoamento da pescaria, embora os preços de venda sejam modestos para esses trabalhadores.

É necessário observar duas razões objetivas que incentivam os trabalhadores da pesca/mariscagem a passarem por intermediários na comercialização. Em primeiro lugar, a atividade no manguezal é muito desgastante do ponto de vista físico e psicológico, com cerca de oito horas por dia. Os entrevistados alegam que não têm disposição para encarar mais uma jornada (a da comercialização). Em segundo lugar, os marisqueiros não têm meios de conservar o produto da mariscagem (*freezer*) e dependem, portanto, de um escoamento rápido.

Apesar do caráter prático da troca comercial entre o marisqueiro e o atravessador, é importante destacar que a exploração do trabalhador pelo intermediário existe; a apropriação da mais valia de uma classe por outra não caracteriza uma nova descoberta. No entanto, o presente estudo identificou (por meio dos relatos e das entrevistas) que o Angolá possui como diferencial, no que diz respeito à relação entre marisqueiro e atravessador, o fato de que a convivência entre esses dois segmentos sociais não é tensa e nem conflituosa, como ocorre com essa e outras atividades em muitas localidades da Bahia e do Brasil, que se caracterizam por relações agressivas, a tal ponto do intermediário humilhar, perseguir e até assassinar o pequeno trabalhador.

No caso dos marisqueiros que participaram dessa pesquisa, eles argumentaram também que mantém relações amistosas com os atravessadores, porque diante da grande variação da quantidade de mariscos capturados por dia, mesmo extraindo menos, os atravessadores pagam um valor fixo em dinheiro e isso é um diferencial importante em termos de segurança no sustento familiar.

Outro aspecto ligado aos bastidores da mariscagem se refere ao comprometimento das espécies. Segundo os participantes da oficina (entre as pessoas com cerca de 20 anos de experiência com a pesca/mariscagem artesanal) nas últimas décadas ocorreram reduções nos tipos de espécies e diminuição da qualidade dos crustáceos e moluscos extraídos dos manguezais no município de Maragogipe e na Baía do Iguape.

O presente estudo constatou que a redução dos tipos e qualidades dos peixes e mariscos citados pelos trabalhadores na oficina se relaciona com a ação de um conjunto de agentes, os quais se podem citar: (i) a Central Hidrelétrica Pedra do Cavalo, em funcionamento desde 2004, que determina variações irregulares e freqüentes na vazão da água liberada para produzir a energia que abastece as cidades de Salvador e Feira de Santana (Ba), o que causa a fuga

temporária de certos mariscos e a morte de outros; (ii) o Estado pretende instalar uma indústria naval no local, fortalecendo a especulação imobiliária e desencadeando a expansão do tecido urbano, com o soterramento de áreas de manguezal para construção de residências; (iii) os fazendeiros locais, por conta da valorização dos imóveis, cercam e depois queimam a vegetação de manguezal, como mecanismo de ampliação de suas propriedades; (iv) o aumento da população que vive principalmente da atividade extrativista na Baía do Iguape, após a década de 1970, quando o Recôncavo Baiano se confirmou como área de declínio econômico, com a redução das alternativas de sustento e concentração fundiária (PROST, 2007).

Todos esses fatores interferiram na capacidade de regeneração natural dos manguezais, provocando sérios desdobramentos sobre os tipos e a qualidade dos crustáceos e moluscos. Por exemplo, a busca por boas espécies para consumo ocorre em áreas cada vez mais distantes da Maragogipe e até mais afastadas da própria reserva extrativista marinha: uma parte dos trabalhadores extrae as espécies em diversos locais situados em torno da Baía de Todos os Santos; a outra parte, principalmente os que têm acesso a barcos motorizado, se deslocam até a plataforma continental para extrair as melhores espécies.

Em busca de soluções para os problemas vividos pelos habitantes do Angolá, os marisqueiros criaram a Associação dos Pescadores e Moradores do Angolá. A instituição foi criada em 2002 e o seu raio de atuação envolve, além do Angolá, os moradores dos bairros próximos, chamado de Ribeira e Capagato. A Associação possui atualmente 200 sócios.

A instituição apresenta dois focos de atuação: o bairro e o setor da pesca/mariscagem. No que diz respeito ao bairro, ela tem por objetivo melhorar o bairro no aspecto físico (implantação de infra-estrutura e de equipamentos de uso coletivo) e social. Já coleciona algumas conquistas como, por exemplo, o calçamento de ruas, a implantação de esgoto e a realização de cursos profissionalizantes para jovens (estética capilar e produção de instrumentos de percussão).

No aspecto da pesca, a Associação faz parte da rede Movimento da Pesca junto com outras associações de quilombolas e de pescadores. Já elaborou projeto em parceria com a assessoria do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP. Com esse projeto aprovado, a Associação do Angolá conseguiu cinco canoas, dois *freezers*, uma geladeira, um defumador, quatro balanças, uma televisão, um leitor de DVD e material para realização de oficinas educativas.

Apesar dessas conquistas, a Associação ainda está muito aquém do que deveria ser. Ela ainda funciona de forma muito tímida enquanto instituição. A principal fragilidade é a fraca participação dos pescadores/marisqueiros em torno de questões que dizem respeito aos seus interesses coletivos.

Esse estudo constatou que, no imaginário de grande parte dos habitantes do local, ainda predomina o sentimento de esperança que uma liderança (externa à localidade) surgirá para solucionar os problemas dos trabalhadores e da localidade. Essa questão é o principal obstáculo que a Associação enfrenta atualmente e que impede expressivas vitórias dos pescadores/marisqueiros na defesa de seus interesses.

#### **4. Considerações finais**

O trabalho de campo, através das oficinas, foi muito profícuo porque permitiu o diálogo, bem como a criação de vínculos de solidariedade entre os integrantes do Grupo de Pesquisa Costeiro e os marisqueiros da Associação dos Pescadores e Moradores do Angolá.

O presente estudo trouxe uma concepção sobre o manguezal e das relações simbólicas que acontecem nesse ambiente, a partir da percepção dos marisqueiros. Por conta disso, identificou que o espaço e o trabalho são os aspectos estruturadores da identidade cultural dos trabalhadores da pesca/marisco no Angolá.

As oficinas de fotografia proporcionaram momentos de análise das relações entre marisqueiros e natureza, em que a territorialidade na sua dimensão simbólica apareceu claramente, através dos textos produzidos e do olhar fotográfico dos participantes. Além disso, a exposição OLHARES DE DENTRO provocou uma reflexão acerca do ofício da pesca/mariscagem e levou essa discussão para outros segmentos da sociedade.

O acompanhamento das diversas etapas das práticas sociais dos pescadores/marisqueiros, bem como as discussões sobre os problemas vividos no seu cotidiano permitiram identificar os esforços realizados no sentido de buscar soluções para os problemas da classe. Sendo assim, a força dos trabalhadores reside nos espaços de articulação coletiva, como a Associação. Esta instituição poderá servir como lócus de negociações com os diferentes agentes públicos e privados, bem como um espaço de participação, elaboração e acompanhamento de políticas públicas ligadas à pesca e à Resex Marinha Baía do Iguape.

Portanto, é preciso acreditar que ainda há tempo para a Associação se constituir como espaço de representação de fato dos pescadores/marisqueiros, simbolizando um mecanismo de força e de poder, no Angolá.

## 5. Referências

- ANGELO, José Geraldo Magela. A conservação da biodiversidade através da gestão de unidades de conservação do estado da Bahia - atualidades, potencialidades e desafios. **Bahia Análises e Dados**, v. 13, n. 3, p. 641-652, 2003.
- BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Aduino (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 65-87.
- CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.133-187.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. 179 p.
- GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: NETO, Agripino; SANTOS, Edinúzia; SILVA, Onildo. **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p.269-304.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.
- PROST, Catherine. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Geotexto**, Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, v. 3, n. 1 e 2, p. 139-169, 2007.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n.7, p. 1-25, jun.1979.
- SANTOS, Milton. Globalização e meio técnico - científico. In: Santos, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUSP, 2005, p. 93-116.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.